

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

**COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL
GERÊNCIA REGIONAL II – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - GIAFI**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente processo tem por objeto a contratação de serviços de mão de obra de copeiragem, visando atender às necessidades operacional, administrativas e institucionais da companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, garantindo a manutenção das rotinas e apoio, atendimento e suporte às atividades diárias da unidade.

1.2. Considerando a demanda atual, faz-se necessária a contratação de três (03) postos de trabalho destinados à função de copeira.

1.3. O código para objeto da contratação conforme previsto no Catálogo de Materiais e Serviços de Compras do Governo Federal é 14397 (Serviços de Copeiragem).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Tendo em vista a necessidade de manter, de forma contínua, o serviço de copeiragem nas dependências da CBTU/STU-NAT, faz-se necessária a adoção de medidas para garantir a preservação e a regularidade da prestação desse serviço essencial no âmbito da Companhia

2.2. A manutenção da contratação justifica-se pela essencialidade das atividades inerentes ao serviço de copeiragem, compreendendo o preparo e a distribuição de bebidas e alimentos, a organização e conservação dos ambientes, bem como o apoio a reuniões e eventos oficiais. Tais atividades configuram-se indispensáveis ao adequado funcionamento das rotinas administrativas e institucionais da Unidade, assegurando a continuidade, a eficiência e a regularidade dos serviços públicos prestados.

2.3. A medida visa suprir, sob a forma de execução indireta, a necessidade de desenvolvimento de atividades acessórias e complementares de apoio administrativo e operacional, não contempladas no Plano de Cargos e Salários da CBTU.

2.4. A necessidade da empresa especializada para a prestação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas na CBTU – STU/NAT tem por finalidade prover a Companhia de profissionais capacitados para o desempenho de atividades complementares às demais desenvolvidas internamente. Ressalta-se, ainda, que o Plano de Emprego e Salários – PES de 2010 não prevê, entre seus cargos e respectivas

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

atribuições, os serviços objeto desta contratação.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos para a contratação ora apresentada estão devidamente alocados no Plano de Ação desta STU-NAT com PI: N1OPAD11 e ND: 33.90.37

4. DO ENQUADRAMENTO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se no regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 17 da Instrução Normativa nº 05/2017, sendo prestado caracterizados como serviços contínuos, conforme disposto no art. 15 da referida Instrução Normativa. Enquadram-se, ainda, como serviços comuns, nos termos da Lei nº 13.303/16 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da CBTU, razão pela qual é obrigatória a adoção da modalidade Pregão.

4.2. A empresa prestadora dos serviços deverá disponibilizar profissionais devidamente qualificados para execução dos serviços de copeiragem, a serem prestados na STU-NAT, como o objetivo de apoiar as atividades administrativas e operacionais da Unidade, em estrita observância às condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência bem como às disposições constantes nos instrumentos convocatório e contratual.

4.3. Requisitos para a prestação dos serviços:

a) Os profissionais alocados deverão pertencer ao quadro funcional da empresa contratada, estando devidamente registrados e habilitados para o pleno desempenho das atividades contratadas.

4.4. Atribuições dos (as) copeiros(as)

a) Manusear, preparar e servir bebidas e alimentos;

b) Efetuar o preparo e a organização de bandejas, pratos e mesas;

c) Manter os utensílios de copa devidamente organizados, limpos e higienizados, e esterilizados, incluindo xícaras, copos, talheres, pratos, panelas, potes e demais utensílios de copa e cozinha, sempre que utilizados;

d) Manter os ambientes da copa e dos refeitórios permanentemente limpos, higienizados e organizados;

e) Evitar danos, exteivos e perdas de material e equipamentos;

f) Zelar pelo adequado armazenamento e conservação dos alimentos;

g) Realizar a limpeza e conservação dos equipamentos e móveis da copa, tais como geladeira, fogão, micro-ondas, armários e demais itens utilizados no dia a dia;



- h) Executar outras atividades com parâveis e pertinentes ao serviço de copeiragem;
- i) Observar a rigorosamente a disciplina e o cumprimento do horário de trabalho;
- j) Tratar com urbanidade, respeito e cordialidade todas as pessoas com as quais se relacionar no exercício de suas funções.

4.5. Os serviços objeto da presente contratação serão prestados na STU-NAT, mediante o fornecimento de profissionais qualificados, conforme o perfil abaixo descrito.

Para o posto de copeiro(a), exige-se:

- a) Pontualidade e assiduidade ao trabalho;
- b) Boa postura profissional;
- c) Facilidade de relacionamento interpessoal;
- d) Responsabilidade no desempenho das atividades;
- e) Polidez e cordialidade no atendimento;
- f) Apresentar-se sempre com uniforme completo, limpo e com uso obrigatório de crachá;
- g) Manter cuidados pessoais adequados ao ambiente de trabalho.

4.6. DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO E JORNADA DE TRABALHO

4.6.1. O Contrato terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, para a prestação dos serviços correspondentes a 03 (três) postos de copeiro(a).

a) Quadro-resumo:

Item	Cargo	Qde	Jornada de trabalho	Faixa de Horário
1	Copeiro(a)	03	44(quarenta e quatro) horas semanais (8h de segunda a sexta-feira e 4h aos sábados)	08h às 17h

- b) A exigência de dedicação exclusiva justifica-se pela necessidade permanente da Contratante para atendimento dos serviços rotineiros e emergenciais, bem como daqueles que não admitem programação prévia de horário;
- c) O horário base da prestação dos serviços poderá ser alterado, no interesse da CBTU/STU-NAT, respeitando-se, em qualquer hipótese, os limites máximos estabelecidos pela legislação vigente.
- d) A Convenção Coletiva de Trabalho utilizada para a definição do salário e demais benefícios constantes da Planilha de Formação de Custo da Proposta de Preços deverá ser compatível com as atividades contratuais definidas neste Termo de Referência, sendo adotada, para fins de estimativa de custos, a CCT do Sindicato dos Trabalhadores em Asseio, Conservação, Higienização e Limpeza Urbana do Estado do Rio Grande do Norte - SINDLIMP.

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

4.7. COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO

4.7.1. A CONTRATADA deverá comprovar, junto à STU-NAT, que seus recursos humanos atendem aos requisitos de qualificação necessários à adequada prestação dos serviços contratados.

4.8. DO LOCAL E TIPO DE EXECUÇÃO

4.8.1. Os serviços serão executados nos prédios que compõem a sede da STU-NAT.

4.8.2. Para os fins deste Termo de Referência, considera-se sede da STU-NAT qualquer prédio localizado no trecho ferroviário operacional, quais sejam: Nísia Floresta a Natal (Linha Sul) e Ceará Mirim a Natal (Linha Norte).

4.9. CONSIDERAÇÕES GERAIS

4.9.1. A prestação de serviços de que trata este Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, sendo vedando qualquer relação que caracterize pessoalidade ou subordinação direta.

4.9.2. Para a contratação de empresa prestadora de serviços terceirizados, é vedada a prestação de serviços por familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança no órgão ou entidade contratante, conforme disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

4.9.2.1 Nos termos do referido Decreto, considera-se é familiar o cônjuge, o companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

4.9.3. Fica vedada a subcontratação dos serviços, não sendo admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio ou cooperativa.

4.9.4. A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados à Administração, aos bens da CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato, não sendo essa responsabilidade excluída ou reduzida em razão da fiscalização ou acompanhamento exercidos pela CONTRATANTE.

4.10. DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

4.10.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência não acarretam impactos ambientais relevantes que demandem medidas específicas de maior complexidade.

4.10.2. Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar os cuidados necessários, sem prejuízos de outras exigências legalmente previstos, com o objetivo de minimizar eventuais impactos ambientais.

4.10.2.1. Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar os cuidados necessários, sem prejuízos de outras exigências legalmente previstos, com o objetivo de

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

minimizar eventuais impactos ambientais.

5. UNIFORMES

5.1. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de uniformes completos aos seus empregados, os quais deverão iniciar a execução do contrato, desde o primeiro dia de prestação dos serviços devidamente uniformizados com recebimento de 02 (dois) conjuntos completos, devendo ser disponibilizado mais 02 (dois) conjuntos completos no segundo semestre da vigência contratual, totalizando 4 (quatro) conjuntos ao longo do ano.

5.2. Cada conjunto deverá conter: 1 (uma) camisa polo, lisa, confeccionada em malha de algodão, com insígnia da empresa; 1 (uma) calça em tecido jeans ou brim, azul escuro, de corte e cor tradicionais; 1 (um) avental com amarras dos laterais; 1 (uma) touca de filó com abas e 1 (um) calçado em couro, tipo mocassim ou sapatilha, antiderrapantes. Sendo o conjunto composto por 5 (cinco) peças.

5.3. Os dois conjuntos de uniformes deverão ser substituídos pela CONTRATADA, no mínimo, a cada seis meses, independentemente da data de sua entrega.

5.3.1. Os uniformes deverão ser substituídos a qualquer tempo, no prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, sempre que não atenderem às condições mínimas de apresentação.

5.4. Os uniformes completos da categoria profissional deverão ser entregues aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser encamiinhada ao fiscal do contrato.

5.5. O custo relativo ao fornecimento dos uniformes não deverá ser descontado dos empregados da CONTRATADA.

5.6. A CONTRATADA deverá identificar seus empregados por meio de crachá, contendo fotografia 3x4, nome, função e matrícula. No verso do crachá deverão constar o nome completo, RG, data de nascimento, tipo sanguíneo e assinatura do representante legal da CONTRATADA.

5.7. Descrição do fardamento:



Qtde. de postos	Item	Descrição	Nº de peças fornecidas pela empresa no 1º semestre	Nº de peças fornecidas pela empresa no 2º semestre
03	1	Camisa polo, lisa, confeccionada em malha de algodão, com insígnia da empresa.	30 (2 conjuntos de fardamento por empregado)	30 (2 conjuntos de fardamento por empregado)
	2	Calça em tecido jeans ou brim, azul escuro, de corte e cor tradicionais.		
	3	Avental com amarras dos laterais.		
	4	Touca de filó com abas.		
	5	Par Calçado em couro, tipo mocassim ou sapatilha, antiderrapantes.		

6. DO CONTROLE DA CARGA HORÁRIA

6.1. A fiscalização da CONTRATADA acompanhará o cumprimento da carga horária de cada posto de trabalho. Contudo, eventual omissão da fiscalização durante a execução dos serviços não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade por inexecução contratual, cabendo-lhe o controle diário por meio de folha de frequência, bem como a substituição de recursos humanos nas ocorrências de falta ou interrupção do cumprimento da jornada.

6.2. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 02 (duas) horas, após comunicação formal da CONTRATANTE, para substituir o recurso técnico ausente no posto de serviço, não se eximindo da glosa das horas não trabalhadas.

6.3. Os atrasos e as saídas antecipadas serão glosados da fatura da CONTRATADA, na proporção das horas correspondentes.

6.4. Toda e qualquer substituição de recurso técnico deverá ser comunicada à CONTRATANTE para apresentação do substituto e averiguação de sua qualificação.

7. DA CONFIDENCIALIDADE

7.1. A CONTRATADA compromete-se, por si e por seus empregados, a manter absoluta confidencialidade quanto ao conteúdo de procedimentos, normas e demais informações da CONTRATANTE a que tiver acesso, sendo vedada a reprodução de documentos sem autorização prévia, em razão desde Termo de Referência e da futura contratação.

8. DA VIGÊNCIA

8.1. Avigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do ato legal, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 71, da Lei Federal nº 13.303/2016.

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

9. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

10. DOS PREÇOS E DAS PROPOSTAS

10.1. O prazo mínimo de validação das propostas deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

10.2. Não serão apreciadas pela CBTU/STU-NAT quaisquer informações ou condições que não estejam expressamente previstas no presente Termo de Referência, devendo as propostas conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que possam induzir o julgamento a mais de um resultado. Os erros, equívocos e omissões constantes das propostas serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se das obrigações assumidas no certame.

10.3. Os erros, equívocos e omissões constantes das propostas serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se das obrigações assumidas no certame.

10.4. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços ofertados, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer outro título.

10.5. A planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser preenchida conforme as orientações constantes do instrumento convocatório, devendo conter, no mínimo:

- a) Os custos decorrente da execução contratual;
- b) A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais envolvidas na execução dos serviços, com as respectivas datas-base e vigências, observando-se o Código Brasileiro de Ocupações – CBO;
- c) A quantidade de pessoal a ser alocado na execução contratual.

10.5.1. A licitação deverá indicar o valor certo e invariável do auxílio-alimentação na planilha de Custos e Formação de preços, não se valendo de Convenções que atribuam tal benefício exclusivamente a empregados em deslocamento com direito a diárias ou condicionado ao horário da jornada de trabalho.

10.6. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser preenchida em estrita observância à Convenção coletiva de trabalho ou instrumento equivalente do sindicato



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

representativo dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

10.7. O índice de Seguro Seguro Acidente do Trabalho – SAT informado na Planilha de Custos deverá ser comprovado mediante apresentação da GFIP, a ser encaminhada juntamente com a proposta.

10.8. Os itens da Planilha Planilha de Custos e Formação de Preços apresentados no certame que não sejam efetivamente repassados aos empregados ou que não guardem coerência com execução real do contrato serão objeto de glosa mensal, a exemplo de vale-transporte.

10.9. Também será objeto de glosa o Aviso Prévio Trabalhado, pago integralmente nos primeiros 30 (trinta) meses do contrato e concedido 23 (vinte e três) dias antes do término da prestação dos serviços.

10.10. Os Custos Indiretos previstos na Planilha de Custos e Formação de Preços deverão representar exclusivamente os custos administrativos relacionados ao gerenciamento do contrato, inclusive despesas com treinamento, sendo vedada a inclusão do item Reserva Técnica.

10.11. É vedada a inclusão de itens relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL na Planilha de Custos e Formação de Preços, por se tratarem de tributos de natureza direta e personalística.

10.12. No momento da aceitação da proposta, a Planilha de Custos e Formação de Preços poderá ser ajustada, quando possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

10.13. Considera-se inexecutável a proposta que:

10.13.1. Seja comprovadamente insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado dos insumos e salários, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o instrumento convocatório não tenha estabelecido limites mínimos;

10.13.2. Apresente valores na planilha de Custos e Formação de Preços inferiores aos fixados em instrumentos normativos obrigatórios, tais como leis, medidas provisórias ou convenções coletivas de trabalho vigentes.

10.14. A licitante deverá anexar à sua proposta a memória de cálculo do fardamento, contendo a especificação detalhada dos materiais e dos respectivos preços unitários, de modo a subsidiar a gestão e a fiscalização do contrato, inclusive para fins de eventual glosa.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

10.15. No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas com mão de obra, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, benefícios, despesas administrativas, gerenciamento do contrato, equipamentos, materiais, seguros, taxas, tributos, emolumentos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas necessárias à plena execução do objeto.

10.16. Os valores referentes a benefícios concedidos aos trabalhadores ou outros itens de salário indireto deverão ser, no mínimo, iguais aos estabelecidos em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo da categoria, devendo constar das Planilhas de Custos das propostas.

10.17. O valor estimado para esta Licitação é de caráter sigiloso, nos termos do artigo 34 da Lei nº 13.303/2016.

11. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.17. A CONTRATADA compromete-se a instalar sua atividade exclusivamente no local determinado pela CONTRATANTE e a prestar os serviços de acordo com as condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência.

11.18. A empresa adjudicatária da licitação, com vista a garantir o fiel cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, ao ser contratada deverá, obrigatoriamente:

11.2.1 Efetuar o pagamento das remunerações dos empregados terceirizados por meio de conta-salário individual, aberta em instituição bancária localizada na cidade de prestação dos serviços ou em outro domicílio bancário, mediante opção expressa do trabalhador, encaminhando as respectivas comprovações à Fiscalização, sempre que solicitado.

11.2.2. Permitir que os valores provisionados para o pagamento de verbas trabalhistas dos empregados terceirizados alocados na execução dos serviços sejam depositados pela Administração em Conta - Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, conforme regulamento pela Instituição Normativa SEGES nº 05/2017.

11.2.3 Providenciar, juntos aos órgãos ou entidades competentes, o acesso online dos empregados terceirizados, mediante utilização de senha pessoal, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, bem como oferecer condições que viabilizem o acesso permanente, a fim de possibilitar a verificação do recolhimento regular das contribuições previdenciárias.

11.2.4. Disponibilizar todos os meios necessários para que os empregados terceirizados obtenham e forneçam diretamente à Fiscalização, sempre que solicitado, os extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias.

11.2.5. Fornecer, sempre que solicitado, certidão de regularidade tributária federal, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas na alíneas “a” a “d” do parágrafo



único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

11.2.6. Providenciar, juntos à Caixa Econômica Federal, os respectivos Cartões Cidadão dos empregados terceirizados, para fins de acesso direto às contas vinculadas do FGTS, mediante utilização de senha pessoal, bem como oferecer condições que viabilizem o acesso permanente, possibilitando a verificação do recolhimento regular do FGTS.

11.2.7. Fornecer mensalmente o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, bem como, quando solicitado, os extratos das respectivas contas vinculadas dos empregados terceirizados.

11.2.8. Apresentar, sempre que solicitado pela Fiscalização, os documentos comprobatórios da quitação e de detalhamento do pagamento de salários, vale-transporte, auxílio-alimentação e demais vrbas trabalhistas vigentes.

11.2.9. Apresentar garantia contratual contratual idônea, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, destinada a assegurar, no mínimo, os seguintes eventos:

- a) Prejuízos decorrentes do não cumprimento do contrato;
- b) Multas punitivas ou moratórias aplicadas à CONTRATADA;
- c) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE, decorrentes de culpas ou dolo na execução do contrato;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias não adimplidas pela CONTRATADA.

11.2.10. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salários, seguros contra acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e demais encargos trabalhistas.

11.2.11. Representar as normas e procedimentos de controle interno, da CONTRATANTE, inclusive aqueles relativos ao acesso às suas dependências.

11.2.12. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.

11.2.13. Apresentar, sempre que solicitados pela Administração da CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos empregados, bem como os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e de regularidade junto ao Ministério do Trabalho, mediante apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, nos termos da Lei n.º 4.923/1965.

11.2.14. Permitir à CONTRATANTE o acesso ao controle diário de frequência e às carteiras profissionais dos empregados alocados à execução do contratado.

11.2.15. Fiscalizar regulamente seus empregados designados para a prestação dos



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

serviços, a fim de verificar as condições em que os serviços estão sendo executados.

11.2.16. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados durante a execução do objeto contratado.

11.2.17. Selecionar e treinar adequadamente os empregados alocados à prestação dos serviços, orientando-os quando ao correto manuseio de materiais, equipamentos e demais recursos disponibilizados para a execução dos serviços.

11.2.18. Manter seus empregados submetidos às bormas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado considerado inconveniente pelo representante da CONTRATANTE.

11.2.19. Assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados em casos de acidente ou mal súbito, por meio de seus encarregados.

11.2.20. Orientar os empregados quanto ao correto manuseio dos materiais e equipamentos disponibilizados para execução dos serviços.

11.2.21. Exercer controle permanente sobre a assiduidade e pontualidade de seus empregados.

11.2.22. Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes de eventuais demandas trabalhistas, civis ou penais relacionadas à execução do contrato, bem como pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

11.2.23. Manter seus empregados devidamente uniformizados, limpos e com aparência pessoal compatível com o ambiente de trabalho, adequada, substituindo imediatamente qualquer empregado considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE.

11.2.24. Permitir o acesso às dependências da CONTRATANTE somente aos empregados devidamente identificados por crachá (com nome, função e empresa) e que possuam Atestado de Saúde Ocupacional – ASO válido, atestando aptidão para o trabalho.

11.2.25. Apresentar à Fiscalização, em caso de acidente de trabalho, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o Comunicado de Acidente do Trabalho – CAT.

11.2.26. Apresentar, antes do início das atividades, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, ou seus instrumentos substitutivos, conforme legislação vigente.

11.2.27. Intruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes de trabalho e às medidas de combate a princípios de incêndio nas dependências da CONTRATANTE.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

11.2.28. Responsabiliza-se pelo transporte de seu pessoal até o local de trabalho, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale transporte, inclusive em situações de paralisação dos transportes coletivos ou quando necessária a execução dos serviços em regime extraordinário.

11.2.29. Manter, sem ônus adicionais para a CBTU/STU-NAT, empregado designado como preposto, devidamente habilitado para representar a CONTRATADA nos contatos relacionados à execução do contrato.

12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

12.1. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados e em horário previamente autorizado, às suas dependências, para a execução dos serviços.

12.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.

12.3. Disponibilizar instalações sanitárias adequadas aos empregados da CONTRATADA.

12.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da proposta apresentada

12.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, por meio de servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, com indicação de data e identificação dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para adoção das providências cabíveis. Nota explicativa: Compete ao fiscal do contrato comunicar ao Ministério da Previdência Social e à Receita do Brasil qualquer irregularidades no recolhimento das contribuições previdenciárias. Da mesma forma, deverão ser comunicadas ao Ministério do Trabalho e Emprego eventuais irregularidades no recolhimento do FGTS dos trabalhadores terceirizados, conforme disposto na IN SLTI/MPOG nº 02/2008, art. 34, §§ 9º e 10, com redação data IN SLTI/MPOG nº 06/2013, e Acórdão TCU nº 1.214/2013 - Plenário.

12.6. Não permitir a realização de horas extras pelos empregados da CONTRATADA, salvo em caso de comprovada necessidade do serviço, formalmente justificada pela autoridade competente, observados os limites da legislação trabalhista.

12.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, mediante apresentação da fatura devidamente atestada e Protocolada na STU-NAT, no prazo e condições estabelecidos no Edital e em seus anexos.

12.8. Efetuar as retenções tributárias incidentes sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, em conformidade com a legislação vigente.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

12.9. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

- a) Exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo tratar exclusivamente com os prepostos por ela designados;
- b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresas CONTRATADA;
- c) Promover ou aceitar o desvio de função dos empregados da CONTRATADA, utilizando-os em atividades diversas daquelas previstas no objeto da contratação.

12.10. Verificar se os elementos constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços, anexa à proposta vencedora, estão sendo efetivamente cumpridos.

12.11. Analisar os os termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados alocados à prestação dos serviços, após a extinção ou rescisão do contrato.

13. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como subsidiar a instrução processual dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação, pagamento aplicação de sanções e extinção contratual.

13.2. O gestor do contrato coordenará as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como os atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação necessária à formalização dos procedimentos relacionados à contratação.

13.3. A fiscalização Administrativa acompanhará os aspectos administrativos da execução dos serviços, especialmente quanto ao cumprimento das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, adotando providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

13.4. A fiscalização Técnica avaliará a execução do objeto nos termos contratados, verificando se a quantidade, a qualidade, o prazo e o modo de execução dos serviços estão compatíveis com o previsto neste Termo de Referência.

13.5. O gestor ou fiscal do contrato registrará em instrumento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos, podendo sustar a observados, podendo sustar a execução de serviços em desacordo com as especificações contratuais.

13.6. Fiscalização terá suas atividades voltadas, especialmente, para:

- a) Analisar e e conhecer todos os elementos da contratação, elaborando planilha- resumo das condições contratuais;
- b) Realizar o primeiro contato com o preposto da CONTRATADA, definindo rotinas,



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

- estratégias e metodologia de fiscalização, com registro em ata, quando necessário;
- c) Elaborar planilha-resumo de contrato contendo dados empregados terceirizados (nome, CPF, função, salário, adicionais, jornada, férias, licenças, faltas, horas extras e benefícios);
 - d) Conferir, por amostragem, as anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
 - e) Analisar o cumprimento das exigências da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria;
 - f) Conferir o quantitativo de empregados alocados em relação ao previsto no contrato;
 - g) Fiscalizar a execução dos serviços mediante verificação in loco, bem como da frequência, assiduidade e pontualidade;
 - h) Estabelecer rotinas de fiscalização sem caracterizar subordinação direta;
 - i) Verificar a realização dos exames médicos admissionais;
 - j) Verificar o fornecimento de uniformes e crachás, conforme este Termo de Referência;
 - k) Elaborar relatórios analíticos e/ou fotográficos de ocorrências relevantes;
 - l) Verificar a manutenção da regularidade e habilitação da CONTRATADA;
 - m) Indicar glosa total ou parcial da fatura, proporcional à não execução dos serviços;
 - n) Solicitar, quando necessário, folha de pagamento, guias da Previdência Social e guias de recolhimento do FGTS.

14. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA – FINANCEIRA

14.1. Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão comprovar aptidão para a prestação de serviços de mão de obra com dedicação exclusiva, compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

14.2. A comprovação de execução de serviços terceirizados compatíveis em quantidade com o objeto licitado deverá abranger período mínimo de 3 (três) anos.

14.3. Para fins de comprovação da experiência mínima, será admitido o somatório de atestados.

14.4. Durante o período exigido, a licitante deverá ter executado contratos que totalizem, no mínimo, 3 (três) postos concomitantes, ainda que de forma não contínua.

14.5. Somente serão aceitos atestados emitidos após a conclusão do contrato ou após, no mínimo, 1 (um) ano de sua execução, salvo contratos com prazo inferior.

14.6. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços compatíveis com atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme contrato social vigente.

14.7. A habilitação econômico-financeira será comprovada mediante:

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentado na forma da lei, que comprovem índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) Capital Circulante Líquido (CCL) mínimo correspondente a 16,66% (dezesesseis vírgula sessenta e seis por cento) do valor estimado da contratação;
- c) Comprovante de patrimônio líquido correspondente a no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- d) Declaração de licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, informado que 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data de apresentação da proposta, não é superior ao patrimônio líquido do licitante, o qual poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c”, devendo a declaração ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, sendo obrigatória a justificativa quando a diferença entre o valor declarado e a receita bruta discriminada na DRE for superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos;
- e) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

15. DA CONTRATAÇÃO E OBRIGAÇÕES INICIAIS

15.1. Após a homologação do resultado desse Pregão, o licitante vencedor será convocado para a assinatura do contrato emitido pela CBTU/STU-NAT, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

15.2. Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Serviço emitida pela CBTU/STU-NAT.

15.3. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados, da assinatura do contrato, os seguintes documentos:

- a) Relação normal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos,



devidamente assinada pela Contratada;

- c) Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que atuarão nas dependências do CONTRATANTE;
- d) Comprovante de seguro contra riscos de acidentes de trabalho dos empregados;
- e) Comprovante de entrega à Superintendência Regional do Trabalho das informações relativas à identificação da empresa e ao objeto do contrato;
- f) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), em consonância com as Normas Regulamentadoras nº 7 e nº 9 (NR-7 e NR-9) do Ministério do Trabalho e Emprego.

15.4. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 71, da Lei Federal nº 13.303/2016.

15.5. Como condições para a prorrogação contratual, dentre outras exigências, os custos não renováveis, já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação, deverão ser eliminados da composição do custo do serviço.

15.6. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato.

15.7. Excepcionalmente, mediante acordo formal entre as partes, as supressões poderão exceder o limite previsto no subitem anterior.

15.8. É facultado à administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos exigidos.

15.9. A adjudicatária deverá, no momento da assinatura do contrato, a autorizar a CBTU/STU-NAT a abrir Conta-Depósito Vinculada ao contrato, nos termos da Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, destinadas às provisões para pagamento de férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados da Contratada.

15.10. Será autorizada, ainda, a retenção de valores na fatura e o depósito direto dos montantes devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nas contas vinculadas dos empregados da CONTRATADA, bem como o pagamento direto aos trabalhadores da remuneração mensal não quitada pela CONTRATADA, nos casos de

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

inadimplência ou retenção de faturas por ausência de certidões. Além da exigência de garantia, a qualquer tempo, na forma prevista no subitem 3.1 do Anexo VII-F da IN MPOG nº 05/2017.

15.11. A CONTRATADA poderá escolher a agência do Banco do Brasil para abertura da Conta-Depósito Vinculada.

15.12. O saldo existente na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação somente será liberado após a com a completa execução do contrato e a comprovação, pela CONTRATADA, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes dos serviços prestados.

16. DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS DO CONTRATO

16.1. Os valores contratados relativos aos itens que envolvam custos com mão de obra poderão ser repactuados anualmente, com base na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) correspondente, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, instrumento equivalente, vigente à época da apresentação da proposta.

16. 2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

- a) Da data limite para apresentação das propostas, constante do Edital que originou o contrato, quando a variação de custos estiver relacionada a insumos ou uniformes; ou
- b) Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, ou instrumento equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos decorrer da mão de obra e estiver vinculada às datas - base destes instrumentos.

16.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

16.4. As repactuações deverão ser precedidas de solicitação formal da CONTRATADA, devidamente instruída com demonstração analítica da variação dos custos, mediante apresentação da Planilha de Custos e Formação de Preços atualizada e do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho que fundamentar o pedido, conforme a variação de custos.

16.5. As repacuações aque a CONTRATADA fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato estarão sujeitas à preclusão, seja com a assinatura de eventual prorrogação contratual, seja com o encerramento do contrato.

16.6. A base para estabelecimento dos critérios de repactuação de preços será a sentença normativa, lei, acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, aplicável à categoria

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

profissional envolvida, ou ainda, eventual alteração na regulamentação dos serviços, a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou órgão que venha a substituí-lo.

16.7. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação ou da prorrogação contratual, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força da lei, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

17. GARANTIA CONTRATUAL

17.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CBTU/STU-NAT, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, com validade de 3 (três) meses após o término da vigência do contrato, devendo ser renovada ou ajustada a cada prorrogação ou alteração contratual, no termos do art. 70 da Lei nº 13.303/2016, destinada a assegurar o pagamento de:

- a) Prejuízos decorrentes do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração, resultados de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando cabível;

17.2. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar expressamente todos os eventos indicados no subitem anterior, observada a legislação aplicável.

17.3. A garantia somente será liberada após a comprovação de que a Contratada efetuou o pagamento de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

17.4. Caso pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra até o final do segundo mês subsequente ao encerramento da vigência contratual, a garantia será executada pela CONTRATANTE.

17.4.1. O fiscal administrativo verificar o pagamento, pela CONTRATADA, das verbas rescisórias ou a apresentação de documentos que comprovem a realocação dos empregados em outra atividade de prestação de serviços, sem interrupção do contrato de trabalho.

17.4.2. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no subitem anterior, a

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

CONTRATANTE deverá reter:

- a) A garantia contratual, nos termos do art. 70 da Lei nº 13.303/2016, prestada com cobertura para o descumprimento de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, a qual poderá ser executada para ressarcimento dos prejuízos sofridos pela Administração, conforme a legislação vigente; e
- b) Os valores das notas fiscais ou faturas, em montante proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

17.4.3. Na hipótese prevista na alínea “b”, do subitem anterior, não havendo a quitação das obrigações pela CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

17.5. A CONTRATANTE poderá, ainda nos casos de obrigação de pagamento de multa pela Contratada, reter a garantia prestada e, a ser e, havendo necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, reter eventuais créditos existentes em favor da Contratada decorrentes do contrato.

17.6. Se a multa aplicada for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, a Contratada responderá pela sua diferença, a qual poderá ser descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

17.7. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, limitada ao máximo de 2% (dois por cento).

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada por outra pessoa jurídica, ou com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) A nova pessoa jurídica atenda integralmente aos requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) Sejam mantidas todas as cláusulas e condições originalmente pactuadas;
- c) Não haja prejuízo à execução do objeto contratual; e
- d) Haja a anuência prévia e expressa da Administração quanto à continuidade do contrato.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado mediante Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA, pela mesma pessoa jurídica (mesmo CNPJ) que apresentou proposta na licitação, após verificação e aceite pela Fiscalização da CBTU/STU-NAT.

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

Prágrafo único. No corpo da Nota Fiscal deverão constar, quando aplicável, os valores relativos ao recolhimento para a Seguridade Social, ao ISS, bem como a indicação do banco, agência e conta corrente para depósito bancário.

19.2. O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal/ Fatura. A qual deverá conter o detalhamento dos serviços executados, a indicação da instituição bancária, agência e conta corrente para crédito, além das demais informações legalmente exigidas.

19.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA, a ser verificada por meios de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso a esse sistema, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, conforme as exigências de habilitação previstas no edital.

19.4. O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Administração, não deverá ser superior a 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação no Protocolo Geral da CBTU/STU-NAT.

19.5. Na ocorrência de atraso no pagamento, provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, calculada desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, conforme as seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \times 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual; EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

19.6. Para fins de atualização monetária dos valores devidos em razão de eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais pela CBTU/STU-NAT, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pro rata die.

19.7. Todos os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, por meio de Ordem Bancária, com crédito em conta corrente da CONTRATADA, a qual deverá indicar em seus dados bancários e/ou títulos negociados com empresas de factoring.

19.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendências de

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplência contratual.

19.9. Na hipótese de ocorrência de irregularidades nas Notas Fiscais/Faturas emitidas pela CONTRATADA, esta será notificada, por escrito, pela CONTRATANTE para que proceda às devidas correções, ficando interrompido o prazo de pagamento, o qual será retomado a partir do recebimento, no Protocolo Geral da CONTRATANTE, da documentação devidamente regularizada.

19.10. Deverá haver retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados esperados, deixar de executar ou executar os serviços com qualidade inferior à mínima exigida; ou
- b) Deixar de utilizar materiais ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los em quantidade ou qualidade inferiores às demandada.

19.11. O provisionamento dos valores destinados ao pagamento de férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos trabalhadores da CONTRATADA será realizado pela Administração por meio de depósito em Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, nos termos dos Anexos XII e XII- A da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017.

20. DAS PENALIDADES

20.1. A inexecução total ou parcial do contrato, por parte da CONTRATADA, conferirá à CBTU/STU-NAT a prerrogativa de aplicar, isolada ou concomitantemente, as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, aplicável em caso de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos e não comprometam a continuidade e finalidade do contrato, limitada a 5 (cinco) ocorrências por ano, após o que passarão a ser consideradas faltas de média gravidade;
- b) **Multa compensatória de 5% (cinco por cento)**, incidente sobre o valor do faturamento devido, em consequência de faltas médias, assim entendidas aquelas que causem impacto à execução do contrato, se, comprometer sua continuidade;
- c) **Multa compensatória de 10% (dez por cento)**, incidente sobre o valor do faturamento devido, em decorrência de faltas graves, assim entendidas aquelas que causem impacto relevado à execução do contrato, comprometendo sua continuidade;
- d) **Multa compensatória de 10% (dez por cento)**, sobre o valor do contrato, aplicada nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, sendo aplicada em dobro

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

quando decorrente de descumprimento de obrigações trabalhistas.

20.2. O não recolhimento do FGTS, das contribuições previdenciárias, bem como o não pagamento de salários, vale-transporte, auxílio-alimentação, ou o descumprimento de quaisquer outras obrigações trabalhistas, será sempre considerado falta grave, podendo ensejar a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento.

20.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à aplicação de multa moratória, nos seguintes termos:

- a) **Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso**, incidente sobre o valor do faturamento devido, pelo atraso injustificado no início da execução do contrato, limitada a 10 (dez) dias, após os quais poderá ser caracterizada a rescisão contratual;
- b) **Multa moratória de 1% (um por cento) por dia**, incidente sobre o valor do faturamento devido, nos casos de atraso injustificado relacionado a obrigações trabalhistas, limitada a 10 (dez) dias, quando poderá ser configurada a rescisão contratual;
- c) **Multa moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia**, incidente sobre o valor do faturamento devido, nos demais casos de atraso injustificado, limitada a 30 (trinta) dias ou ao percentual máximo de 10% (dez por cento), o que ocorrer primeiro, podendo ensejar a rescisão contratual.

20.4. A isobservência do prazo do prazo fixado para apresentação da garantia contratual acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, limitada ao máximo de 2% (dois por cento), sendo que atraso superior a 28 (vinte e oito) dias autorizará a CBTU/STU-NAT a promover a rescisão contratual.

20.5. Nos casos de rescisão contratual por culpa da Contratada, poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da conduta e cumulativamente às demais sanções previstas neste instrumento, as seguintes penalidades de acordo ao art. 244, III, do RILC/CBTU.

- a) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar em toda CBTU pelo prazo máximo de 2 (dois) anos;
- b) Impedimento de licitar e contratar com a União, com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.



20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste instrumento será procedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20.7. A aplicação das sanções, a autoridade competente deverá considerar a gravidade da infração, o caráter educativo da penalidade, bem como o danos causados à Administração, observado os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

20.8. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF, nos termos da legislação vigente.

21. DA CONTA VINCULADA

21.1. Os valores provisionados para o pagamento dos encargos trabalhistas relativos à mão de obra da CONTRATADA serão destacados do valor mensal do contrato e depositados em Conta-Depósito Vinculada, específica, aberta no Banco do Brasil, em nome da CONTRATADA, bloqueada para movimentação

21.2. A movimentação da Conta-Depósito Vinculada somente ocorrerá mediante autorização expressa da CBTU, exclusivamente para o pagamento das obrigações trabalhistas previstas neste instrumento. A CONTRATANTE estabelecerá os procedimentos para a abertura e operacionalização da referida conta.

21.3. O montante a ser depositado mensalmente na Conta-Depósito Vinculada corresponderá ao somatório das seguintes provisões:

Item	Percentual (%)		
13º Salário	8,33		
Férias e abono de férias	11,11		
Adicional de FGTS para rescisões sem justa causa	4,00		
Subtotal	23,44		
Impacto sobre férias e 13º salário*	6,76	6,95	7,15
Total estimado	30,2	30,39	30,59

I - Considerandas as alíquotas de contribuição de 1%, 2% ou 3%, referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previsto no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/1991.

21.4. A assinatura do instrumento contratual será precedida dos seguintes atos:

- Abertura da Conta-Depósito Vinculada no Banco do Brasil, bloqueada para movimentação, em nome da CONTRATADA;
- Assinatura, pela CONTRATADA, no ato da regularização da conta, de termo específico da CBTU, autorizando o acesso aos saldos e extratos e vinculando a movimentação dos valores à autorização da CONTRATANTE.

21.5. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no subitem 22.3 serão depositados na Conta-Depósito Vinculada e não integrarão o valor mensal a ser

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

pago diretamente à CONTRATADA.

21.5.1. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores depositados na Conta-Depósito Vinculada para o pagamento de indenizações trabalhistas de seus empregados, ocorridas durante a vigência do contrato. Para tanto, deverá apresentar os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e dos respectivos prazos de vencimento..

Após a confirmação da obrigação e a conferência dos cálculos, a CONTRATANTE expedirá a autorização para movimentação da conta no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da documentação, devendo a autorização especificar que a movimentação será exclusivamente para transferência bancária às contas dos trabalhadores beneficiários.

21.5.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, os comprovantes das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

21.5.3. O saldo remanescente da Conta-Depósito Vinculada será liberado a CONTRATADA, por ocasião do encerramento do Contrato, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes dos serviços contratados.

22. DA VISITA TÉCNICA

22.1. As licitantes que desejarem realizar Visita Técnica, de caráter facultativo, deverão realizar agendamento prévio junto a Gerencia Regional II de Administração e Finanças, observando-se o prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da sessão da licitação, pelo telefone (84) 3221- 3355.

22.2. Não será realizada Visita Técnica em mesmo horário para mais de um interessado.

22.3. Todos os custos relacionados à realização da Visita Técnica serão de inteira responsabilidade da licitante.

22.4. Não será exigido atestado de Visita Técnica, uma vez que sua apresentação não constitui requisito de participação ou de habilitação no certame.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

23. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA E CONSÓRCIOS

23.1. Devido a natureza de serviços continuados com dedicação exclusiva da contratação, não é possível a participação de cooperativas e consórcios.

Elaboração:

SANILMA MACIEL NASCIMENTO

Assistente Executivo

Aprovação:

FLÁVIO CORDEIRO DE ARAÚJO

Gerente Regional II – Administração e Finanças